



UniversidadeFederal
de Campina Grande

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAMILA TAVARES DE ALMEIDA

**A RELAÇÃO CIDADE-MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DA POLÍTICA
HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB:**

A voz dos usuários do Residencial Sousa I.

SOUSA – PB

2015

Almeida, Camila Tavares de
A Relação Cidade e Meio Ambiente: Análise da
Política Habitacional do Município de Sousa/PB: A voz dos
Usuários do Residencial Sousa I/ Camila Tavares de Almeida.
Sousa/PB: UFCG/ CCJS, 2015.
50 f.

Monografia para Conclusão do Curso (graduação de Serviço
Social)
Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Ciências
Jurídicas e Sociais.

Orientador: Prof. Msc. Luan Gomes dos Santos de Oliveira

1.Meio Ambiente 2. Moradia 3. Política Habitacional

CAMILA TAVARES DE ALMEIDA

**A RELAÇÃO CIDADE-MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DA POLÍTICA
HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB:
A voz dos usuários do Residencial Sousa I.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Msc. Luan Gomes dos Santos de Oliveira.

SOUSA – PB

2015

CAMILA TAVARES DE ALMEIDA

**A RELAÇÃO CIDADE-MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DA POLÍTICA
HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB:
A voz dos usuários do Residencial Sousa I.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Msc. Luan Gomes dos Santos de Oliveira.

Aprovado em _25_____ de ___março_____ de ___2015_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Luan gomes dos Santos de Oliveira

Orientador

Prof. Ma. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa

Examinadora

Assistente Social Samuel Soares de Oliveira

Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus, por ter me dado forças motivadoras nos momentos mais difíceis.

A minha família, em especial a minha mãe Maria Tavares de Araújo, que sempre esteve ao meu lado.

As minhas irmãs Valeska Tavares e Taysa Tavares que sempre compartilharam comigo momentos bons e difíceis.

Aos meus sobrinhos que amo de coração.

Ao meu professor e orientador Luan Gomes dos Santos de Oliveira por ter me incentivado na minha caminhada acadêmica e pelas palavras de conforto, sempre depositando confiança de que eu conseguiria.

Aos meus colegas de sala, em especial a minha “turminha”, onde levo comigo amigas do peito: Rayssa Batista minha parceira de todos os momentos, Beliza Rodrigues, Fabiana Alves, Djanete Carneiro, Daniele Oliveira, como também Jaciele Bezerra que a vida acadêmica me trouxe como grande amiga, em especial ao colega Gervásio Bernardo, amigo de todas as horas; amizades essas que a vida me deu e quero levar junto comigo para sempre.

E, por fim, as amigas de infância Vanessa Sá e Andrezza Sá, irmãs de coração.

Hoje compartilho com vocês o resultado de todo meu empenho.

“A cidade não é mais que a associação de seres iguais, que aspiram em comum obterem uma existência compartilhada e feliz. Por conseguinte, consideramos como um ponto perfeitamente aceito que a felicidade existe sempre em proporção à virtude, à prudência e à submissão às leis”.

(Aristóteles)

RESUMO

Tendo em vista o crescimento desenfreado da população no mundo contemporâneo, fato histórico que tem permeado a sociedade trazendo, de forma direta, inúmeros agravantes no tocante ao setor habitacional como também ao meio ambiente, onde isto se deve à maneira não planejada que as cidades vêm se formando. Dessa forma o objetivo geral que norteou este estudo consistem em analisar a relação Cidade e Meio Ambiente com as interfaces da política habitacional do Município de Sousa/PB. Utilizando como instrumentos metodológicos de estudo pesquisas exploratória, descritiva e bibliográfica, realizando-se um levantamento particular para se chegar à conclusão. Os resultados indicam a necessidade de um estudo em relação à formação das cidades e os impactos ambientais que acarretam, devido o aumento significativo da população nos centros urbanos. Merece destacar uma percepção mais consistente, por parte das autoridades no município de Sousa/PB, que vem se estruturando sob esse processo histórico, propiciando a necessidade de uma maior estrutura no tocante à políticas ambientais e urbanas, para assim se ter uma estrutura de moradia digna.

Palavras-chave: Meio ambiente. Moradia. Política Habitacional.

ABSTRACT

In view of the unbridled growth of the population in the contemporary world, historical fact that has permeated society bringing, in a direct way, numerous aggravating regarding the housing sector as well as the environment, where this is due to the unplanned manner that cities have been forming. Thus the overall guiding objective of this study is to analyze the relation City and Environment with the interfaces of the habitacional policy of the city of Sousa/PB. Using as methodological instruments of study exploratory, descriptive and bibliographical researches, by performing a particular survey to reach the conclusion. The results indicate the need for a study regarding the formation of cities and environmental impacts that are caused, because the significant increase of the population in urban centers. Targeting a look at the city of Sousa/PB, that has been structured under this historical process, providing the need for a larger structure with regard to environmental and urban policies, in order to have a decent housing structure.

Keywords: Environment. Housing. Habitacional Policy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Lixo em Sousa/PB	33
FIGURA 2 – Água contaminada pelos esgotos, Rio do Peixe	36
FIGURA 3 – Canal do Estreito, Município de Sousa	37

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	38
GRÁFICO 2 –	39
GRÁFICO 3 –	39
GRÁFICO 4 –	40

LISTA DE SIGLAS

CAGEPA- Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

CEHAP- Companhia Estadual de Habitação Popular

DAESA- Departamento de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de Sousa

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

MPF – Ministério Público Federal

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social

SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

TRASH – Coleta e Incineração de Lixo Hospitalar Ltda.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
3 CIDADE E MEIO AMBIENTE: a emergência do contexto habitacional	14
3.1 O QUE É CIDADE?	14
3.2 O SURGIMENTO DAS CIDADES	15
3.3 A EMERGÊNCIA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA CIDADE	20
3.4 A MORADIA: ENQUANTO DIREITO-MERCADORIA	23
4 MORADIA E MEIO AMBIENTE EM SOUSA/PB, OS MÚLTIPLOS OLHARES	25
4.1 A QUESTÃO AMBIENTAL-URBANA EM SOUSA/PB.....	25
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB.....	28
4.3 O LIXO: Problemas e Proposituras.....	31
4.4 OS ESGOTOS: Problemas e Consequências	34
4.5 DESMATAMENTO: Impactos na Sociedade.....	37
4.6 A PESQUISA	38
4.7 A MORADIA EM SOUSA/PB: a partir da compreensão dos atores sociais e políticos	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	49

1 INTRODUÇÃO

A relação cidade e meio ambiente produz uma mistura de relações econômicas, sociais e políticas, onde o objetivo é interligar a necessidade de uma moradia digna com uma forma mais sustentável. Onde o atendimento das necessidades básicas está regulamentado pela Constituição Federal de 1988.

A questão urbana produz inúmeras preocupações devido ao crescimento desenfreado da população e a necessidade de melhores condições de vida, onde a busca pelos centros urbanos, além de trazer facilidades e melhorias, trouxe consigo agravantes ao meio ambiente e à questão urbana, propiciando mão-de-obra barata, irregularidade nas moradias e o descaso com o meio ambiente. Essa busca na maioria das vezes ocorria por parte da população pobre em busca de atender suas necessidades.

Começam a surgir nas cidades concentrações de homens em determinadas áreas, onde a população do meio rural vai para as cidades grande para atender suas necessidades. Porém, ao chegarem encontram as cidades desprovidas de atendimento e de políticas públicas para dar suporte ao povo, acontecendo a aglomeração de pessoas de forma desenfreada e desorganizada, surgindo os problemas no tocante ao setor urbano e meio ambiente. A população começa a se fixar em locais irregulares, desprovidos de atendimento, solo inadequado, ocasionando a má qualidade de vida, gerando um ciclo vicioso de problemas, se fazendo necessária uma postura estatal diante da problemática, mas como a demanda é bem maior que o ofertado pelas políticas públicas, acaba que uma boa parte da população fica desassistida.

Onde o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) vem, como resposta do governo, propiciar a aquisição da casa própria por parte de famílias de baixa renda, programa habitacional esse que vem para superar o déficit existente, como também propiciar mecanismos para que o homem possa obter o direito da casa própria através de projetos e boa qualidade na educação.

O município de Sousa/PB está inserido nesse contexto, onde o processo de crescimento se deu de forma acelerada e desorganizada, diante disso o processo urbanístico e o meio ambiente tornam-se objetos de análise.

O presente trabalho monográfico está estruturado em dois capítulos, o capítulo I apresenta uma análise de cidade e o meio ambiente de forma geral,

fazendo um breve histórico do surgimento das cidades, a moradia enquanto direito e mercadoria e a emergência dos problemas ambientais.

O capítulo II apresenta um histórico da moradia e meio ambiente no município de Sousa/PB, como também uma pesquisa realizada no Residencial Sousa I.

O interesse pelo estudo desta temática se deu a partir do contato direto com a prática no momento do Estágio Supervisionado, na Secretária de Ação Social - Departamento de Habitação. A partir do estágio foi verificada a relação cidade e meio ambiente e as repercussões da política habitacional, onde o Departamento de Habitação é o setor responsável pelo auxílio na aquisição da casa própria. No decorrer do estágio foram realizadas visitas nos residenciais, onde foi abordada a necessidade de identificar os problemas ambientais existentes na comunidade. Dessa forma, desenvolve-se a necessidade de um estudo em relação ao desenvolvimento das cidades e à questão ambiental, onde o presente estudo objetiva articular o entendimento da realidade vivenciada no âmbito do estágio, ao conjunto de fundamentos teórico-práticos, avaliando a relação cidade e meio ambiente existente na sociedade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida trata-se de uma abordagem qualitativa, onde o pesquisador procura entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, diante disso situa sua interpretação do estudo (NEVES,1996, p.1), utilizando procedimento de coleta de dados, pesquisa bibliográfica e acervos virtuais.

3 CIDADE E MEIO AMBIENTE: a emergência do contexto habitacional

3.1 O QUE É CIDADE?

De acordo com Harvey (1935) cidade é “uma forma de organização do espaço pelo homem, expressão concreta de processos sociais, na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico”. Onde, a cidade transmite os ideais da sociedade. (HARVEY, *apud* CORRÊA, 1996).

Segundo Rolnick (1995), a cidade é espaço ocupado e transformado em área urbanizada, onde concentra os homens tidos como uma forma de ímã, onde é atraída a socialização em meio ao trabalho e moradia, mas também uma nova forma de se relacionar. “A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem a cidade significa ao mesmo tempo uma maneira de organizar o território e uma relação política.” (ROLNICK, 1995 p.21).

Cidade é a concentração de gente e estruturas que possibilitam a mútua troca, minimizando a demanda de viagem. As pessoas desejam acesso a essa rica diversidade de trocas e oportunidades para sua sobrevivência e crescimento como seres humanos. [...] Cidade é um ecossistema criado pelas pessoas para sua mútua realização. (TRIGUEIRO, 2003, p. 219).

A cidade torna-se um jogo de relações de conquistas, e a necessidade de interagir uns com os outros cria uma organização administrativa por parte dos indivíduos, tornando assim a cidade uma luta de classes e diferenças onde os que prevalecem é os que tem poder. “... a cidade como palco, locus onde a dinâmica da urbanização se revela pela técnica produzindo um cotidiano muitas vezes permeado pela indiferença”. (SOUZA, 2004, p.1).

Os impasses das cidades ocorrem a parte do agrupamento dos homens, devido surgir o processo econômico, “[...] um papel multiplicador dos efeitos de massa e de justaposição de agentes e de fatores socioeconômicos produzidos pela aglomeração urbana” (RIBEIRO, 1997, p.41.). Onde existe a relação cidade e as faces do processo de produção, que é desencadeada a parte da concentração

urbana. É na cidade que existe o traslado para o capital, permeando as relações de bens e serviços, procurando atender as necessidades do capital.

A cidade se faz a partir da propensão humana às trocas. O surgimento do mercado traduz desse modo, o surgimento da cidade. Independentemente do modo de produção: escravista, feudal ou capitalista, é a cidade o palco das relações socioeconômicas, históricas e geográficas esboçadas pelo homem. (SOUZA, 2004, p.1).

Sirkis (2003) observa que a cidade é o ponto de aplicação do trabalho humano. Com o surgimento do trabalho surge o meio a qual o homem vive e suas posteriores necessidades para ser atendidas, desencadeando os processos de negociações das cidades.

3.2. O Surgimento das cidades

A partir do site “Algo Sobre” por Pedro e Coulon as primeiras cidades surgem a partir de assentamentos de terras próximas às margens dos rios, onde as pessoas viviam do cultivo da agricultura. A partir desse processo dá-se início a necessidade de um mercado onde se inicia a divisão social do trabalho, dando origem às civilizações que acompanham os passos da sociedade desde a antiguidade até os dias atuais fazendo-se necessário a organização por parte da população. Os primeiros povoados eram formados por uma pequena quantidade de pessoas onde o que importava era a forma social a qual se organizavam que era desde o respeito e organização por parte dos comunitários, buscando o bem-estar, até a ordem e a paz para todos.

Dá-se início ao mercado que possibilita a interação e a relação de trocas entre as pessoas, existindo uma demanda de troca de terras, ouro, prata, alimentos, artesanato como também o surgimento dos meios de transporte para fazer o carregamento das mercadorias. Devido o avanço tecnológico os habitantes deixam de serem apenas agricultores e passam a ter outras atividades, começando a surgir as cidades mais complexas passando a ter a comercialização, financeirização e um mercado produtor, fazendo necessária a presença de um Estado regulador onde o seu papel é fundamental no desenvolvimento das cidades, vindo para resguardar o direito do cidadão, promovendo os ajustes necessários para o desenvolvimento urbano, justiça social, como também para prestação de serviços de defesa.

Segundo Carlos *apud* Henrique (2003 s/p.):

O processo histórico de formação das cidades inicia-se com o 4º período glaciário (12.000 e 10.000) onde pelo fato da modificação climática, o homem teve que buscar outras formas de alimentos além da caça. A partir do momento em que o homem torna-se sedentário passa a produzir alimentos na terra, ao se fixar na terra ocorrem os primeiros agrupamentos humanos e posterior surgimento das primeiras cidades.

No processo de desenvolvimento das cidades existiram algumas ações que desencadearam o crescimento populacional, como a urbanização que tinha aumentos significativos de habitantes em determinadas regiões, formando assentamentos urbanos, como também a migração que ocorria de forma notória do campo para as cidades ou de cidades para outras cidades em busca de atender às necessidades, disseminando dessa forma o multiculturalismo, pois a cada mudança levavam consigo traços das culturas lá existentes.

Com a comercialização das terras e com o vasto crescimento populacional nas cidades, desencadeia-se um ciclo de problemas estruturais urbanos quanto ao saneamento básico, déficit habitacional, dispersão, hiperconcentração, crescimento nas zonas de risco, valores absurdos em moradias, aumento significativo nos equipamentos urbanos e etc. A comercialização de terras está relacionada diretamente com a formação das cidades, pois está articulada ao ciclo de valorização fundiária e investimentos públicos. Como ocorre de forma precária, essa comercialização desencadeia um meio propício à desigualdade social. Para o capital esse processo traz vantagens para seus agentes econômicos, pois produz lucros extraordinários no processo de formação das cidades, devido aos grandes investimentos existentes acarreta conflitos entre os próprios agentes para se ter um sobre lucro de acordo com o local onde se encontra cada área do terreno, gerando no mercado um valor de propriedade como também uma circulação dos objetos imobiliários, onde se estipula um valor de acordo com cada zona.

A população brasileira passou por movimentos sócio territoriais bastante intensos, devido ao processo de industrialização que tomou grandes proporções na sociedade no início do século XX. Isso fez com que boa parte da população do campo fosse em busca da cidade grande para atender suas necessidades, essa migração ocorria, em sua grande maioria, por parte dos pobres, havendo assim um grande crescimento populacional. Como não existiam políticas habitacionais para

dar suporte ao povo, começou a se ter áreas irregulares e clandestinas sendo ocupadas, começando a surgir os problemas sociais vinculados à questão habitacional em todo território brasileiro, como má condição de moradia ocasionando déficit habitacional, valores de aluguéis absurdos, péssima qualidade no saneamento, influenciando dessa forma o contexto social. Devido à desigualdade social existente entre as periferias e centros urbanos e metrópoles, a região periférica é onde se encontra uma maior precariedade urbana, pois faltam serviços, equipamentos para dar respaldo, além de se localizarem em áreas de zona de risco, como encostas e mananciais. Segundo a entrevista realizada por Tanaka à Maricato (2014), historicamente as populações menos favorecidas ocupam as periferias das cidades, onde o direito à cidade é mais negligenciado, pois falta, na maior parte das vezes, infraestrutura e urbanização. Tem-se também a carência e o descaso das políticas habitacionais na garantia ao direito do cidadão, tornando-se excluídos devido às irregularidades habitacionais.

[...] o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo locus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. “O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.” (SANTOS, 2009 p.11).

Com o desenvolvimento urbano do Brasil nos últimos tempos se teve o crescimento de habitações precárias, favelas, cortiços e o descaso das políticas urbanas propiciando cidades afastadas sem um devido planejamento urbano, desencadeando um grande déficit habitacional. De acordo com Silva (2013) no início do século XX apenas 10% da humanidade residia em áreas urbanas e hoje metade, mais de 2,9 bilhões, vive em cidades. Como não se tem o controle diante do processo de urbanização, aumentam significativamente as habitações em locais ilegais, onde não se tem uma moradia digna. Surge a crise habitacional, onde se fez necessário a urgência de políticas públicas para suprir essas dificuldades.

As pessoas, sobretudo os trabalhadores, são distanciadas dos centros urbanos. O que dominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social, cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social. (LEFEBVRE, 2008, p.11)

A política urbana volta-se para o desenvolvimento das funções societárias da cidade e da propriedade urbana. Como as cidades se desenvolvem de forma gradual faz-se necessário um ordenamento para promover uma boa qualidade de vida, caso não ocorra, a sociedade sofre diretamente as causas negativas dessa desordem como má qualidade de vida, falta de saneamento, moradias precárias entre outros. No processo de desenvolvimento urbano, se faz necessário a prestação de benefícios para a cidade no tocante à igualdade, à cultura, à moradia, trabalho, locomoção, educação e saúde, fazendo-se necessária a prestação dos serviços públicos, para assim melhorar os índices sociais, como também uma reestruturação ambiental para dessa forma se efetivar o progresso urbano e propiciando cidades sustentáveis, onde o bom funcionamento do saneamento básico influencia diretamente em uma boa qualidade de vida, sendo base de sustentação para o progresso urbano.

Com as transformações que as cidades vêm passando, de forma rápida no mundo contemporâneo, algumas comunidades passaram a prezar pela sustentabilidade, pois almejam buscar formas de expressar e reivindicar um futuro melhor para as cidades. A partir dessas mudanças o homem, no seu processo de formação, se adapta, atende suas necessidades de forma mais limpa a qual não degrada o meio ambiente, tentando superar o modo ao qual sempre foi inserido que é o processo de degradação ambiental. A sustentabilidade traz consigo melhorias no processo urbano, devido a capacidade de propiciar uma melhor qualidade de vida e legitimar as políticas urbanas sustentáveis e igualitárias.

As cidades possuem políticas urbanas reguladas pela Constituição de 1988, onde se deseja alcançar o desenvolvimento das forças sociais e o bem estar dos habitantes das cidades, se fazendo necessária uma organização dos lugares urbanos para propiciar uma melhor qualidade de vida com base sustentável. O Estatuto da Cidade possui formas de políticas urbanas que é o redistributivo que ao se ter o desenvolvimento urbano se gera renda. Esse capital financia as ações públicas tornando a relação dos habitantes estáveis e igualitárias, e o regulatório tem uma valorização por parte do terreno ao setor coletivo onde regula toda a cidade. Esses modelos provocam reações de conflitos, devido a mexer no setor econômico e patrimonial que funde a história política urbana brasileira.

O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257./2001) dispõe sobre a política urbana que versa sobre o saneamento ambiental:

Artigo 2.º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações [...].

A política de habitação vem para estruturar o desenvolvimento das cidades a partir de 1930, possibilitando uma modernização e maior intensidade na urbanização. Com o passar dos anos ouve um grande aumento no setor habitacional, chegando até as inflações. Com o regime militar, em 1964, tem-se o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) financiando inúmeras habitações no Brasil, mas o amadurecimento das políticas foi em meados de 1996.

A partir de 1930, o Estado passa então a investir decididamente em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando à substituição de importações. A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos. Essa ambiguidade entre ruptura e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com raízes na sociedade colonial, embora esse ocorra em pleno século XX. (MARICATO, 2008, p.17).

O processo de desenvolvimento da cidade de Sousa/PB ocorre de forma lenta e gradual, a partir de moradores das ribeiras dos Rios Paulista, Peixe e Piranhas, com um pequeno povoado, devido à fertilidade das suas terras atraem moradores em busca do cultivo, conto também com uma área arqueológica – o Vale dos Dinossauros – que atrai muitos turistas, desencadeando o desenvolvimento da cidade. Em 20 de julho de 1854 foi elevada a categoria de cidade, hoje conta com uma população de aproximadamente 65.803 habitantes, está localizada no alto sertão paraibano, com aproximadamente 430 km de distância da capital João Pessoa.

Deste pedaço de terra quente, às vezes incompreendido, partiram as arrancadas iniciais, as primeiras revoluções de liderança, fazendo tremular sua bandeira de conquista e de trabalho, acompanhando as margens do Rio do Peixe para a sua real libertação econômica. (GADELHA, 1986, p.5).

3.3 A Emergência dos Problemas Ambientais na Cidade

O avanço industrial na sociedade provocou um grande crescimento urbano de forma não planejada, esse processo trouxe consigo graves problemas ambientais. A grande concentração populacional nos centros urbanos veio a acarretar um desequilíbrio estrutural no que diz respeito à poluição da água, do ar e de toda a terra, ocasionando uma degradação do meio ambiente, muitas delas acarretadas pelas ações humanas. Como também um desequilíbrio no setor habitacional, envolvendo saneamento básico, saúde e falta de infraestrutura. Devido os indivíduos estarem imersos em uma sociedade desigual onde a concentração de renda encontra-se na mão de uma minoria de classe média, e a maioria encontra-se desprovida desse capital e sofrem assim com os males que a pobreza acarreta. Silva e Travassos (2008) argumentam que “de forma intrinsecamente relacionada ao processo de crescimento e adensamento populacional, observa-se nos grandes centros uma significativa concentração da pobreza”. Dessa forma a classe trabalhadora, que é a menos favorecida, é a que sofre os maiores impactos, passando por uma vulnerabilidade social, perigos e agressões, tornando-se excluídos e a mercê dos problemas sociais e ambientais.

“Em todas as cidades brasileiras, em maior ou menor escala, encontramos a cidade informal. A pobreza e a exclusão social são, sem dúvida alguma, desequilíbrios que comprometem a existência de um ecossistema urbano sadio.” (TRIGUEIRO, 2003, p.220). Existindo as diferenças de classes, propiciando os agravantes.

Em muitas cidades, o saneamento básico é deficitário: não existe água encanada, sistemas de esgoto, coleta de lixo, etc. Portanto não é de se estranhar que mais da metade das internações hospitalares no Brasil sejam decorrentes de doenças transmitidas pela água e pelo contato com lixo. A coleta e o destino do lixo nas grandes cidades são geralmente graves problemas para as prefeituras municipais. O crescimento da população e a existência de materiais que não se decompõem ou que demoram muito para se decompor – como plástico, pedaços de vidro, e latas – agravam muito a situação. A poluição biológica das águas se traduz pela elevada contagem de coliformes fecais e pela presença de resíduos que possam produzir transformações biológicas consideráveis e influenciar diretamente a qualidade de vida dos seres que habitam o meio aquático ou dele tiram seu sustento.

A poluição da água ocorre em maiores proporções nas áreas industriais, devido ao grande crescimento das empresas e suas tecnologias, devido usarem materiais que causam danos ao meio ambiente, depois de utilizados são lançados em locais inapropriados tais como rios e lagos, causando a poluição dos mesmos, por serem utilizados como depósito dos resíduos químicos. Outra forma de poluição dos mananciais ocorre com o lançamento dos dejetos dos esgotos domésticos, provocando um desequilíbrio ambiental. Ao promover tal desequilíbrio, o homem torna impraticável a vida de diversos seres, microrganismos necessários à vida ribeirinha e aquática.

A poluição do ar está ocasionada pela queima de combustíveis fósseis, por emissão de gases tóxicos. Promove inúmeras reações ambientais entre as tais, aquecimento global, chuva acida, bem como atinge a saúde humana, provocando doenças infectocontagiosas e doenças dermatológicas.

Devido ao processo de industrialização que tomou grandes proporções na sociedade no início do século XX, fez com que boa parte da população do campo fosse à busca da cidade, procurando melhores condições de vida, o que impulsionou um crescimento significativo da população em várias cidades do país. Porém, não existiam ainda, políticas de governo que dessem de conta da demanda habitacional para dar suporte ao povo que migrava do campo para a cidade, os mesmos começaram a ocupar áreas irregulares, desta forma começam a surgir os problemas sociais vinculados à questão habitacional, esses problemas iam da má qualidade da moradia até os problemas de estrutura dos locais que essas habitações eram construídas, o que influenciava diretamente o processo de exclusão social.

As construções das habitações nunca foram de forma planejada, geralmente ficavam nos arredores das cidades, em áreas bem periféricas, não havia preocupação com a urbanização, propiciando assim cidades carentes de infraestrutura, serviços públicos, influenciado no contexto social. Com a desigualdade social existindo na relação entre periferia e centros urbanos e metrópoles, a região periférica encontra uma maior precariedade urbana, pois faltam serviços, equipamentos para dar respaldo e localiza-se em áreas de zona de risco, como encostas e mananciais.

Faz-se necessário abordar, entre os vários problemas ambientais do município de Sousa, a sua situação cidade planície (vale) que por esta razão até o final da década de 1970 a cidade era constantemente alagada, sendo para tanto

construído um canal para receber as águas fluviais que outrora causavam transtorno aos munícipes desta urbe sertaneja. Ocorre que a solução encontrada para este infortúnio (alagamento), veio a ser mais tarde um problema de ordem sócio cultural e ambiental, quando da utilização da estrutura “Canal do Estreito” para o recebimento dos dejetos sólidos e líquidos (lixo e esgoto), causando fedentina e promovendo infestação de insetos, por consequência promovendo doenças à população às margens do referido canal.

Diante de toda problemática ambiental existente na cidade é necessário promover ações que mobilizem a população urbana para se conscientizar e tomar posturas para adaptar a cidade ao modelo de sustentabilidade ambiental, passando por uma reestruturação e comprometimento pela causa. Todos esses problemas socioambientais passam por toda sociedade mundial. Conforme um artigo do site de Tomasoni, a preocupação pública com a deterioração ambiental e a qualidade de vida a partir da década de 1960, quando começa a revolução ambiental norte americana, expande-se pelo Canadá e Europa Ocidental, chegando a América Latina na década de 1980. Diante dessa preocupação tomam-se posturas e criam-se mecanismos tais como:

- 1) As organizações não governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental sendo que alguns deles em escala internacional Friends of the Earth, Greenpeace WWF etc.; 2) agências Estatais encarregadas de proteger o meio ambiente; 3) grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais, muitos deles com uma abordagem sistêmica; 4) um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseados na eficiência do uso dos materiais, na conservação da energia, na redução da poluição e no controle total da qualidade; 5) um mercado consumidor verde que demanda produtos que tenham sido produzidos usando tecnologias limpas e a partir de matérias-primas produzidas de modo sustentável; 6) agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais (TOMASONI,p.02)

Faz-se necessário um desenvolvimento sustentável, que busque atender as reais necessidades tanto do presente como para o futuro, mas sem degradar o meio ambiente, segundo Dias (2009,p.65), “[...] a noção da expressão “saneamento ambiental” como sendo um conjunto de medidas destinadas a melhorar as condições de vida do homem, com vistas a garantir um ambiente saudável para o seu dia-a-dia”. Existindo uma preocupação social da vida humana em sociedade,

para assim se ter melhores condições de vivência, tanto no presente quanto no futuro.

Segundo o Site *O Eco* (2014, s/p):

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias "necessidades", esta é a definição mais comum de **desenvolvimento sustentável**. Ela implica possibilitar às pessoas, agora e no futuro, atingir um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. Em resumo, é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Com o desenvolvimento da sociedade, se faz necessário o melhoramento da vida da comunidade, para dessa forma assegurar uma melhor qualidade de vida e do próprio meio ambiente.

3.4 A MORADIA: ENQUANTO DIREITO-MERCADORIA

A moradia é uma necessidade fundamental de todos os seres humanos, esse direito foi reconhecido e implantado como necessidade para a vida digna humana desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil esse direito foi reconhecido a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, por advento da Emenda Constitucional nº 26/00. O direito à moradia está incluso entre os direitos sociais.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

O direito à moradia está estabelecido, na Constituição Federal de 1988 nos capítulos II, Dos Deveres da União e Artigo 79, Dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. O Estado se vê obrigado a efetivar políticas públicas para atender os direitos do cidadão, política essa urbana, mas que também se vincula com outras políticas públicas para diminuir as disparidades entre a população, desencadeando em um desenvolvimento igualitário e humano e proporcionando melhores condições de vida ao cidadão, pois é portador do seu

direito. “Os seres humanos estão no centro das preocupações [...], incluindo moradia adequada para todos e assentamentos humanos sustentáveis com direito a ter uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (FERNANDES, 2003, p. 17 *apud* DIAS, 2009, p.59).

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 1988).

Moradia digna não é apenas possuir uma casa, deve-se contar com estrutura básica fundamental para sobrevivência como água, esgoto e coleta de lixo, uma habitação de qualidade – que é um dos componentes que possibilita um padrão de vida digna. Correia (2011), Secretária Nacional de Programas Urbanos, explica que não é apenas o Governo que deve ter responsabilidade com a questão, esse direito tem que ser um compromisso também da sociedade para garantir moradia adequada a todos. Um dos elementos principais para sair da teoria para a prática é assegurar o acesso a terra urbanizada e bem localizada. Para isso, é necessário subsídio e financiamento, porque o custo de moradia é alto e a renda das pessoas é baixa. Principalmente pessoas sem nenhum poder aquisitivo. O grande problema do déficit habitacional brasileiro vem desde os primórdios da nossa sociedade, agravado com o êxodo rural a partir do início da década de 1970.

A questão de falta de moradia hoje é algo enfrentado por todos os municípios do estado Brasileiro. Segundo o site do IPEA (24/03/2014), os dados mostram que o déficit de 10% do total dos domicílios brasileiros registrados em 2007 caiu para 8,53% em 2012. O que mostra um investimento na área de habitação nas últimas décadas, sendo provavelmente políticas públicas de habitação desenvolvida pelo governo central.

Devido o crescimento urbano ocorrido de forma não planejada, há uma crescente expulsão da classe trabalhadora dos centros urbanos para as zonas periféricas, onde nessa situação ocorrem inúmeras insatisfações populares quanto à questão da vida digna humana. Segundo Rosa e Raichelis (1982, p. 72) “se tem uma função da valorização do solo urbano e da especulação imobiliária; proliferam loteamentos clandestinos, favelas, desprovidos de infraestrutura urbana e dos

serviços necessários à vida na cidade. "(RAICHELIS; ROSA. 1982, p.72 *apud* CASSILHA; CASSILHA. 2009, p.14).

A moradia tem um fator econômico que envolve o poder de relação da sociedade. De acordo com a Revista de Direito da Cidade nas Cidades (2014) são atribuídas funções sociais, quais sejam: circulação, habitação, lazer e trabalho que, bem ou mal estabelecidas, irão influenciar na dinâmica de interação dos homens e na própria existência do homem e da cidade, permitindo a relação social e econômica.

As moradias adquirem um valor diante da procura da população, onde para cada local existe um preço, começando a surgir a capitalização das terras. Segundo Ribeiro (2003) a terra urbana somente adquire um preço porque o seu uso permite aos agentes econômicos obterem ganhos extraordinários nos investimentos que realizam na cidade. A área urbana passa a ser um setor de alto e investimento, onde a propriedade privada começa a controlar e estipular valores, tornando a casa própria uma mercadoria, pois surge a necessidade pelos lugares bem localizados, onde quem possui maiores rendimentos vão se apropriar dessa forma a condição de moradia se associa a cada classe social, o comércio imobiliário se apropria da situação ganhando sobre lucros. De acordo com Maricato (2014) "A apropriação, principalmente da renda imobiliária e fundiária, se dá por interesses privados e com aumento do preço do metro quadrado dos imóveis, [...] houve uma explosão no Brasil inteiro do preço do metro quadrado, com despejos violentos". Como também existe a classe baixa que possui pouca renda ou nenhuma, podendo recorrer aos programas do Governo Federal, onde o mais procurado é o Programa Minha Casa Minha Vida.

4-MORADIA E MEIO AMBIENETE EM SOUSA/PB: os múltiplos olhares

4.1A QUESTÃO AMBIENTAL-URBANA EM SOUSA/PB

A sociedade contemporânea está imersa em uma de suas maiores crises no tocante ao processo de relações sociais, estando intimamente ligada a crise ambiental devido às demandas existentes no processo das relações. Santos (2008) exemplifica na realidade social como a crise sócio ambiental ocorre. Ele expõe que os grandes centros urbanos e as grandes hidrelétricas representam um

desenvolvimento das relações predatórias entre o homem e o meio ambiente, determina mudanças exageradas à natureza. “... a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais.” (SANTOS, 2008, p.253).

No contexto a qual a sociedade percorre, existe um mix de relações sociais, políticas e ambientais no meio urbano, originando assim conflitos e tensões que, para Acserald (2009) *apud* Oliveira (2012), é um fenômeno em que o meio ambiente torna-se um espaço de lutas, propiciando a religação do homem com a natureza e do homem com o próprio homem. Diante dessa perspectiva se faz necessários movimentos em busca da justiça ambiental. Onde esse processo se fazia necessário a participação popular, para reivindicar seus direitos e necessidades existentes no dia a dia, aonde esse caminho permite chegar ao desenvolvimento das relações sócias.

Segundo Oliveira (2012) se compreende as experiências sociais a partir das relações existentes entre o espaço e meio ambiente, dimensionando assim o território. Onde esta relação se define diante das situações ocorridas ao longo do tempo, pois o homem concretiza sua história.

[...] o homem age sobre a natureza na atividade social de entender suas necessidades. Constroem relações sociais e concepções, ideias, interpretações que dão sentido àquilo e aquilo que carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a própria natureza. [...] Na mesma linha, em 1977, Milton Santos declara que, ao aceitar a formação sócio espacial como categoria, ou seja, aceitar o espaço como uma nova dimensão da formação econômica e social, é possível perceber o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza, pois o espaço é social e é natureza. A tese sobre esse erro fica evidente quando ele ressalta que os atributos naturais do espaço não são permanentes e, assim como os atributos não naturais, os dois são destinados a mudar pelo trabalho do homem. (STEINBERGER,2006, p.47).

O espaço urbano é utilizado pela sociedade para desenvolver suas atividades econômicas, “o território usado é constituído de objetos e ações sinônimo de espaço humano, espaço habilitado” (SANTOS, 1994,p.16), espaço esse fragmentado pelas lutas de classe, que requer um assistencialismo por parte das políticas.

As cidades requerem uma maior atenção no tocante ao seu desenvolvimento, devido aos problemas que o aumento desenfreado humano causou no meio

ambiente. Segundo Aguiar (2013) “as cidades passam por profundas transformações em decorrência de inúmeras atividades econômicas”, o que ocasiona desastres. Interferindo dessa forma na vida em sociedade.

O processo industrial trouxe avanços para a sociedade, mas junto trouxe grandes agravantes no contexto ambiental e urbano, devido ao processo de produção, onde o homem cada vez mais utiliza os recursos naturais de forma catastrófica, e a busca incessante pela área urbana, como ocorria de forma desorganizada, as cidades não estavam preparadas, ficando a mercê da falta de infraestrutura.

O modo a qual a sociedade vem se relacionando com o meio ambiente está sendo preocupante, devido às irresponsabilidades que o homem vem causando, onde cada vez estão poluindo as águas, o solo, o ar, aumentando a deflorestação, esgotando os recursos naturais entre outros, agravando assim os problemas ambientais como: “efeitos das alterações do clima, manifestados através de eventos de fortes impactos como enchentes, secas, ciclones, elevação do nível das águas do mar, afetando numerosas populações que vivem em cidade” (AGUIAR 2013, p.2).

De acordo com Aguiar (2013), “o meio ambiente é um sistema no qual interagem fatores de ordem física, biológica e sócio econômica”. Essa relação está intimamente ligada à ação humana, pois é a partir dessa interação que surge o meio no qual o homem vive e produz suas necessidades, e dessa forma desencadeia os agravantes ao meio ambiente, compreendendo uma relação de conexões. Segundo Galvão (2009), o meio ambiente é produto da relação do homem com o meio, da sociedade com a natureza.

Segundo Galvão (2009, p.69):

Há que se pensar a concepção de ambiente como produção social que efetivamente é com todas as interações econômicas sócias e políticas engendradas pela sociedade no processo de sua construção histórica, repensá-lo em termos de valorização de recursos de qualidade de vida.

A natureza toma proporções de acordo com as alterações que o homem ocasiona, onde Santos (1991) considera que a relação homem/natureza é progressiva e dinâmica. Há cada ato humano uma possibilidade de alteração do sistema, de acordo com o mesmo toda ação do homem é trabalho, onde modifica a natureza e a si mesmo. Onde todo esse processo caracteriza o contexto da

sociedade, permeada pelos avanços e retrocessos emergindo na vida humana, e ao meio a qual vivem.

4.2 Caracterização do município de Sousa/PB

A cidade de Sousa/PB conhecida como cidade sorriso, nome dado à cidade em função do acolhimento aos viajantes e hospedes no início da comercialização por via da implantação ferroviária, é a sexta mais populosa do estado da Paraíba, localizada a cerca de 430 km da capital João Pessoa, elevada a categoria cidade em 1854. A área geográfica de Sousa é de 738.547km², a cidade limita-se aos municípios de Santa Cruz, Vierópolis e Lastro ao norte; São José da Lagoa Tapada e Nazarezinho ao sul; São Francisco e Aparecida ao leste; Marizópolis e São João do Rio do Peixe ao oeste. No que se refere ao número de habitantes, está estimada em 68.434 habitantes de acordo com o censo do IBGE (2014).

Segundo GADELHA (1981, p.14):

[...]que em 1881, o vigário José Antônio Marques da Silva Guimarães, por sinal, meu trisavô – alguns chamam de tataravô que seria o quarto na linha ascendente e não o terceiro – escrevendo trechos sobre a história de Sousa, em relatório ao Bispo de Olinda, incluso no livro 17 de correspondência oficial do Arquivo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife, que: “Em 1801, a pequena povoação do Jardim do Rio do Peixe foi elevada a categoria de vila com a denominação de Villa Nova de Sousa em *onra* (na época sem o h) ao Capitão Alexandre Pereira de Sousa, espontâneo doador do seu patrimônio.

O início da cidade de Sousa deu-se sem um projeto arquitetônico ou urbanístico, até final da década de 1960 a cidade se resumia a pequenas vilas, construídas sem aparato arquitetônico e a devida estrutura. Com base em relatos de cidadãos naturais do município de Sousa, apuramos que nos anos de 1950 a 1960 havia, onde hoje se situa o Restaurante Isis Bistrô Café e o Cine Teatro Gadelha, um reservatório de água denominado Açude do Gato Preto, de propriedade do senhor Zabílio Gadelha, avó do atual prefeito; as localidades, hoje, dos bairros denominados Doutor Zezé, Zú Silva, as Comunidades Ciganas, Raquel Gadelha, Gato Preto, entre outros eram constituídas por mata virgem.

A construção de habitações teve seu início de forma organizada a partir da construção do bairro José Lins do Rego (Casas Populares) e simultaneamente “Conjunto do IPASE”, construído para nele residirem funcionários e corpo técnico da empresa que construía a BR 230 e outras obras de cunho Federal, entre os anos de

1960 a 1980. Neste mesmo período houve a desapropriação de boa parte da zona rural para implantação do perímetro irrigado de São Gonçalo, diga-se de passagem, um exemplo de projeto arquitetônico urbanístico para nossa cidade, com construções de agrovilas denominadas de núcleo habitacionais I, II e III e sede administrativa com todo aparato urbanístico necessário para a vida em sociedade. Uma parcela das terras não desapropriadas denomina Fazenda Ipê, pertencente ao senhor Augusto Braga foi em 1980 ocupada por cidadãos comuns da periferia da cidade, local onde hoje é denominado oficialmente Conjunto Augusto Braga com denominação popular Conjunto Mutirão, pela forma que foram construídas as residências, onde o governo do Estado, através da CEHAP, fornecia material e as famílias forneciam a mão de obra em modalidade de mutirão. O conflito pela posse das referidas terras resultou em indenização ao seu antigo proprietário, ficando uma extensa faixa de terra para o município como pagamento de tributos municipais, terras estas cedidas para construção do Campus da UFPB, hoje UFCG.

Durante as grandes cheias do Rio do Peixe, a população dos bairros Guanabara, Angelim, Areias e uma pequena parcela do centro, mais precisamente as ruas Deocleciano Pires e Emílio Pires, têm suas residências alagadas, razão pela qual se deu a construção do conjunto André Gadelha, ao sudoeste da cidade. Com a intenção de urbanizar a região hoje conhecida como bairro Frei Damião e a extinta Rua da Palha (às margens da ferrovia) foram realizadas as construções dos conjuntos Zú Silva e Doutor Zezé. Ocorre que tanto no Guanabara quanto no Frei Damião e Rua da Palha houve resistência dos moradores na transferência de domicílios e outros, ainda que transferidos, por não se adaptarem às novas localidades, retornaram aos seus antigos endereços sempre vendendo os imóveis recebidos. No caso do bairro Guanabara ainda é comum e necessária a ação do poder público local para retirada de moradores nos períodos de chuvas intensas ou cheia no Rio do Peixe.

Após a construção do Canal do Estreito houve em suas margens, onde antes era inabitado, a construção de casas populares denominada de Conjunto CEHAP, mais tarde incorporado ao bairro do estreito. Também em função da construção do referido canal tornou-se possível a habitação da região dos bairros Sorrilândia I, II e III, áreas antes facilmente alagáveis.

A economia do município de Sousa tem o seu ponto áureo no ciclo do algodão, porém Sousa entra no circuito comercial e industrial ainda na década de

1920 com o advento da estrada de ferro e conseqüentemente a inauguração da Estação Ferroviária de Sousa datada em 1926, Segundo Sousa (2013) O movimento de trens na estação de Sousa era expressivo. Com sua presença o mercado da região respirava aliviado.

Não só havia lojinhas de quinquilharias como havia barzinhos. Restaurantes para você comer sanduíches, tomar um café, comer alguma coisa, até o pessoal que descia do trem fazia refeição e tomava o trem. Era muito movimentada a estação. O trem, por ser muito mais barato, servia de transporte para as classes menos favorecidas. (SOUSA, *apud* MARIZ, 2013, p.53).

Com a inauguração da estação ferroviária a época fora dos limites urbanos, criou-se o bairro da Estação levando a ser o centro comercial mais importante de Sousa, a introdução do comércio varejista deu-se por conta do ferroviário Joaquim Pinto de Oliveira, com sua pequena mercearia, Ponto comercial onde os demais ferroviários faziam sua feira, mais tarde tal mercearia veio a ser o Supermercado Pinto, perdurando por décadas. Além do supermercado Pinto, o Mercado Público da Estação e a Fábrica de Macarrão Fortalece formaram-se como os pioneiros da comercialização e industrialização daquele setor, que por consequência promoveu o bairro da estação a título de bairro mais populoso e desenvolvido de nossa cidade.

Ao tempo em que se desenvolvia o comércio como atividade econômica primária, Sousa composta por seus oito distritos, a saber: Aparecida (o canto), São Francisco, Vieirópolis (Serra Branca), Lastro, São José da Lagoa Tapada, Nazarezinho, Santa Cruz, Marizópolis, desenvolvia-se a industrialização, com a força do algodão a partir da década de 1950 e colocava Sousa como uma das cidades mais produtivas no gênero, podendo se registrar na cidade indústrias algodoceiras pertencentes a três famílias que se destacavam na comercialização do produto, tamanha a expansão comercial e industrial do algodão que se fez necessário a criação da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), sendo esta extinta da cidade de Sousa na década de 1970, em virtude da praga do algodão. Todavia faz-se necessário registrar que os indivíduos responsáveis por tamanha evolução no comércio e industrialização do algodão não gozavam de seus benefícios, pois ao homem do campo, responsável pelo cultivo do tal “ouro branco”, restava-lhe a compra de uma camisa nova para a tradicional festa de Setembro (Festa de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade,

comemorada no dia 8 de setembro). Em regime de trabalho análogo à escravidão, o homem do campo vivia sem esperança de dias melhores. Confirmando tal temor com a chegada do bicudo (praga do algodão).

A ausência de proteção do Estado na cultura algodoeira levou o homem do campo ao êxodo rural, propiciando o aumento da questão social, pois estes vieram morar em zona periférica da cidade com os problemas estruturais já existentes. Como vimos no tópico anterior a cidade de Sousa não recebera em seus primórdios qualquer atenção urbanística estruturante ou arquitetônica.

Ainda no período algodoeiro, porém não tão pujante como outrora, o homem do campo alternou a produção agrícola entre o coco, a banana e o arroz, especialmente produzidos no Perímetro Irrigado de São Gonçalo.

Após o ciclo do algodão na Cidade Sorriso da Paraíba implementou-se, mesmo sem um projeto específico, o ciclo da industrialização, chegando a instalar-se na cidade duas fábricas de macarrão (Cisa e Fortalece), usinas de beneficiamentos de arroz, indústrias de bebidas (Joaquim do Enchimento), fábricas de pré-moldados, entre outros. Na atualidade o campo industrial sousense ampliou-se, chegando ao atual número de 164 indústrias das mais diversas modalidades.

A cidade encontra-se com problemas ambientais, ocasionados pelo crescimento desenfreado e desorganizado da população, “permitindo uma degradação urbanístico-ambiental cujo aspecto mais evidente está relacionado com o uso inadequado do solo”. (ANDRADE, 2010, p.19).

Faz-se necessário um olhar sobre um dos principais problemas ambientais do município, que é o sistema de esgotamento, que não existe tratamento, e não atende toda a cidade. Esse problema acaba sendo inconveniente, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à sociedade e o bem estar da população.

4.3 O LIXO: problemas e proposituras

A quantidade de lixo produzido pelas cidades vem aumentando a cada dia, onde áreas periféricas são as que mais sofrem. “[...] é nas áreas de favelas que encontramos as maiores deficiências de coleta, e a maior presença de resíduos sólidos como fator de inundação, desabamento, proliferação de vetores e doenças” (TRIGUEIRO, 2003, p.228).

Como dar fim ao lixo, sem afetar o meio ambiente também? O acúmulo de lixo em esgotos, nos rios e ruas ajuda na propagação de doenças entre os

habitantes na cidade de Sousa/PB. O mesmo problema pode ocorrer no campo por falta de orientação para o tratamento de dejetos. A propaganda é uma maneira de as empresas divulgarem produtos e serviços, promoções de preços, formas facilitadas de compra, com o objetivo de vender mais que seus concorrentes. Por outro lado, a propaganda mostra-se como um artifício utilizado para despertar em nós, consumidores, o desejo de comprar algo que, muitas vezes, não necessitamos naquele momento. Dessa forma, ela se faz presente em diversos momentos do nosso dia-a-dia, seja nos outdoors existentes nas ruas e avenidas, seja na programação de televisão que assistimos em casa. A poluição aumenta, já que muitas cidades não têm destino adequado para o lixo produzido, ficando esses resíduos expostos ao ar livre nos lixões, prejudicando a qualidade do ar, da água e do solo (GARAVELLO & GARCIA, 1997).

E em Sousa por décadas os resíduos sólidos não recebiam tratamento adequado, onde a coleta feita em carro aberto (caminhão/caçamba) e sendo depositados posteriormente em local inadequado, promovendo além do desequilíbrio ecológico a infestação de insetos, proliferação de ratos e por consequência, trazendo doenças à população, em especial aos que moravam próximos aos lixões, os quais localizados próximo ao DENOCS, hoje área residencial de alto valor aquisitivo denominado bairro Maria Rachel.

Mesmo retirando o depósito de lixo da área urbana o município o destinou para outra área inadequada, ficando esta às margens do Rio Piranhas, entre as comunidades rurais denominadas Cadeado e Pau d'Arco, assim como o lixão anterior causava impacto ambiental, proliferação de insetos, ratos, além de doenças na população, o seu novo destino não só promove os mesmos males, mas em proporção maior e com um agravante, a poluição do Rio Piranhas.

Mesmo havendo o município adquirido, por meio de desapropriação, no ano de 1998, a fazenda denominada Benção de Deus para o adequado depósito do lixo urbano, o lixão a céu aberto às margens do Rio Piranha permanece até os dias de hoje.

FIGURA 1 –Lixo em Sousa/PB



Fonte: *diariodosertao.com.br*

Porém, em recente acordo comercial entre a Prefeitura Municipal de Sousa e a empresa TRASH, os resíduos sólidos passaram a ter tratamento diferenciado, devendo ser selecionados, processados e por fim destinados adequadamente ao aterro sanitário que outrora fora adquirido pelo município.

De acordo com o site Diário do Sertão (2014 s/p.):

A área total do Aterro Sanitário é de 30 hectares, sendo que a área destinada à disposição de lixo é de 10%, os outros 20% é para a reserva legal, cinturão verde. Localizando-se na rodovia PB-384, S/Nº, KM -10 Sousa/Lastro na zona rural. O tempo de uso vai depender da quantidade de lixo que for destinada para o aterro.

É de domínio público que, mesmo havendo se firmado acordos entre empresa TRASH e o município, acordo esse que prevê exclusividade do manejo do lixo à

empresa supracitada, os problemas ambientais persistem, dados este de notória publicação nos meio de comunicação, em função da existência de disputa entre a empresa e a associação de catadores recicláveis do município, esta última composta por várias famílias, que retirava do lixo seu sustento.

Dentre os problemas ambientais persistentes cita-se: o manuseio e armazenamento inadequado de agentes poluentes como chumbo e outros metais pesados existentes em pilhas, baterias e afins. Procedimento este, causador de profundo impacto ambiental em um futuro próximo e por está razão deu causa a uma denuncia protocolada no Ministério Público Federal da Comarca de Sousa, Inquérito Civil Público nº 1.24.002.000212/2013-11.

De acordo o site http://www.lex.com.br/noticia_24749959:

O ministério Público Federal celebrou termo de ajustamento de conduta (TAC) com o município de Sousa(PB) para coibir, imediatamente, a queima de resíduos sólidos no lixão próximo ao rancho dos ciganos, localizado em Sousa(PB). O objetivo é salvaguardar a saúde pública e o meio ambiente. A queima indiscriminada de lixo no local vinha ocorrendo com frequência e sem oposição do poder público.

4.4 OS ESGOTOS: problemas e consequências

De acordo com Monte-Mór (1994), o principal problema dos núcleos urbanos metropolitanos em países em desenvolvimento se refere aos aspectos de saneamento, cujo caráter incompleto cria sérios problemas ambientais e de saúde. No setor urbano o saneamento básico torna-se “necessidade essencial do ser humano, uma vez que é condição para uma vida saudável, além de ser inerente à política habitacional, à inclusão social e ao desenvolvimento humano” (DIAS, 2009, p.90).

Muitas cidades não possuem sistemas de tratamento de esgoto doméstico. Diariamente são lançadas toneladas de dejetos humanos e todo tipo de lixo doméstico em rios e lagos, que acabam contaminando as pessoas. Esgotos são misturas de inúmeros tipos de resíduos e que contém microrganismos patogênicos, eliminados pelas fezes de seres humanos e animais. Esses esgotos contêm ainda matéria orgânica em putrefação, que ocasiona mau cheiro, e grande quantidade de substâncias das mais variadas origens, que podem ser tóxicas, corrosivas e causar doenças graves. Esses poluentes, portanto, representam uma séria ameaça à nossa saúde, especialmente se têm origem em hospitais e indústrias, os quais deveriam ter

processos especiais de separação e tratamento dos resíduos. O tratamento dos esgotos evita a poluição das águas, proporcionando o seu reaproveitamento sem riscos, para fins industriais, lazer e limpeza pública. Esse é, portanto, um trabalho indispensável à preservação ambiental e da saúde. Evita-se a morte dos peixes e outros animais aquáticos, pela contaminação por substâncias tóxicas. (ADAS, 2001).

A questão do esgotamento sanitário tem sido ao longo do tempo um problema vivenciado pela população sousense, porém, nas últimas décadas, mais precisamente parte da década de 1990, segundo o DAESA, ampliou-se, atendendo aos requisitos do Código de Postura do Município para edificação de novas moradias.

No entanto, é notória a utilização do Canal do Estreito como destino do esgoto de grande parcela da população, canal este que fora construído para receber apenas as demandas fluviais.

Ao destinar os esgotos para o Canal do Estreito, onde o mesmo percorre a céu aberto por toda a cidade, tendo em vista que o referido canal, de extensão quilométrica, corta a cidade de norte a sul, transportando os dejetos, lixo, resto de animais e por fim contaminação de toda forma, levando assim a poluição e os efeitos desta a quem produz e a quem não produz a contaminação do meio ambiente.

O destino dos resíduos líquidos da cidade, embora sendo parte desta coleta feita adequadamente, ao final do processo são depositados a céu aberto, na lagoa de "tratamento", sob os cuidados da CAGEPA, em área urbana situada no bairro Gato Preto na divisa da Fazenda Fabiana. Em face do não tratamento adequado do esgoto, a "lagoa da *bosta*", como é popularmente chamada, exala mau cheiro contínuo e promove surtos de muriçocas.

Como se não bastasse os problemas causados à sociedade pelo mau destino e armazenamento do esgoto, a parte mais degradante à natureza é a razão de todo o esgoto ser depositado no Rio do Peixe, processo que se dá após período de decantação na lagoa supracitada. De acordo com Duarte (2010), além da possibilidade de contaminação do lençol freático, a acumulação desse esgoto durante toda a estiagem gera uma ação prejudicial à vegetação e aos animais que dependem do rio para a sobrevivência. A população que vive às margens do rio está diretamente exposta à poluição devido à ausência do tratamento dos resíduos sólidos.

O Rio do Peixe assim como o Rio Piranhas que outrora eram perenes, passaram a serem depósitos dos resíduos líquidos e sólidos produzidos pela sociedade sousense, com o agravante soterramento dos mesmos e destino de uma parcela considerável dos esgotos. Assim no período chuvoso o volume fluvial que deveria percorrer livremente em seu leito, passa a inundar as residências ribeirinhas aos bairros e ruas próximas causando transtornos e provocando doenças.

Um caso atípico, é o avanço das construções nas proximidades da Lagoa de “Tratamento” e a supervalorização dos imóveis daquela área.

FIGURA 2 –Água contaminada pelos esgotos, Rio do Peixe.



Fonte: DUARTE (2010)

FIGURA 3- Canal do Estreito do Município de Sousa-PB



Fonte: Imagem do autor

4.5 DESMATAMENTO: impactos na sociedade

O desmatamento no Brasil está tomando grandes proporções, onde o problema está presente no cotidiano podendo ser sentido pela sociedade. Onde os principais motivos que ocasionam esse impacto é o grande processo de industrialização, crescimento populacional desorganizado, agropecuária, e comercialização de móveis de madeira, atingindo de forma direta o meio ambiente e a vida em sociedade.

De acordo com o pesquisador Ronaldo Seroa da Motta, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

Os custos da degradação não incidem sobre os que degradam, mas recaem sobre a sociedade como um todo e sobre as gerações futuras. Observa-se, assim, que o uso do meio ambiente gera externalidades que são custos ambientais não reconhecidos no sistema de preços e, portanto, externos às funções de custo e de demanda. [...] Dessa forma, já é amplamente reconhecida a necessidade de internalizar os custos ambientais nas atividades de produção e consumo de forma a induzir a mudança do padrão de uso dos recursos naturais.

Em Sousa a utilização da mata nativa quer seja para a fabricação de carvão para comercialização e utilização em construções, em fornos de padarias e cerâmicas ou simplesmente para demarcação de propriedade rural (cercas), constitui-se no desmatamento predatório que tem por consequência impactos ambientais incalculáveis.

Por tais motivos, é notável o desaparecimento dos animais silvestres, o assoreamento dos rios e em contra partida a invasão das residências por animais de pequeno porte que tiveram sue habitat natural destruído pela força humana.

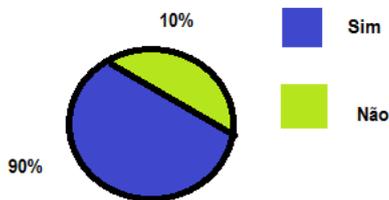
4.6 A PESQUISA

Na referida pesquisa foi realizado um estudo sobre o impacto ambiental no Residencial Sousa I, nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2014, a coleta de informações obtida por amostragem, tendo encontrado dificuldades devido à situação cultural dos munícipes residentes naquela localidade. Mesmo explicando a finalidade da pesquisa, havia certa resistência por parte dos moradores em respondê-la, o temor de envolver-se em questões políticas ou jurídicas, relacionadas à venda e troca dos imóveis, esteve presente em todos que foram abordados.

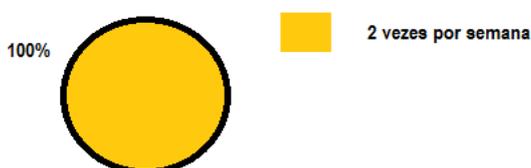
A coleta de dados foi realizada, a partir de um questionário (apêndice I), com perguntas objetivas e subjetivas.

GRÁFICO 1: Fonte Primária

1- Existe nesta comunidade, algo relacionado com que se entende por impacto ambiental?



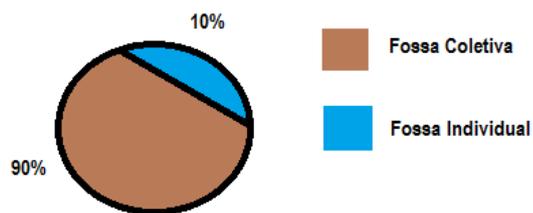
2- Com que frequência são coletados os resíduos sólidos (lixo)



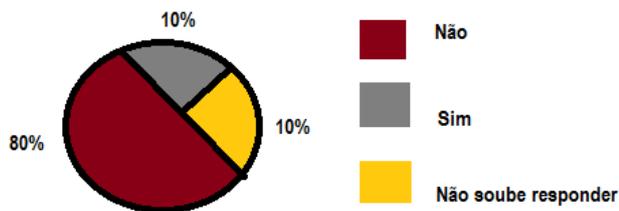
Questão 1- Compreensão dos usuários acerca dos impactos ambiental na comunidade do Residencial Sousa I, onde 90% responderam sim e 10% não; na questão 2- 100% responderam que a coleta de lixo passa duas vezes por semana.

GRÁFICO 2: Fonte Primária

3- Com relação aos resíduos não sólidos (esgoto), qual a forma de coleta?



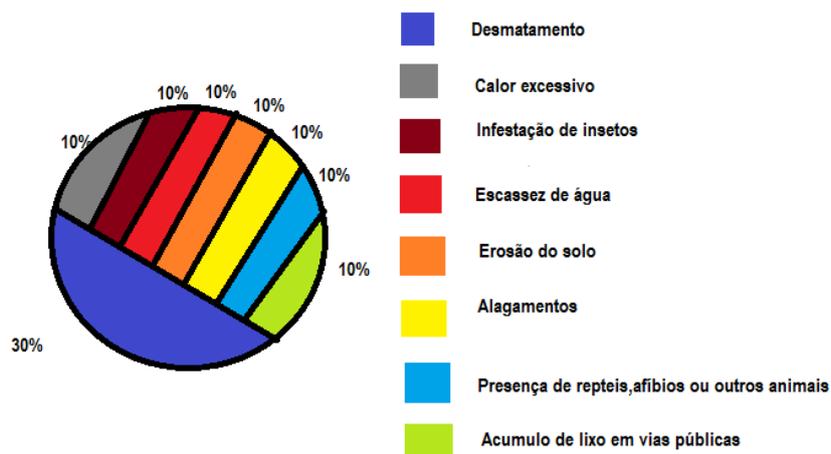
4- Há algum projeto de urbanização para este residencial, como o plantio de árvores?



A questão 3- a pergunta se refere a como se dá a forma de coleta do esgoto, onde 90% falaram que existia fossa coletiva e 10% fossa individual; na questão 4- se existia algum projeto de urbanização, 80% falaram que não existia, 10% que já ouviram falar que iria haver e 10% não souberam responder.

GRÁFICO 3: Fonte Primária

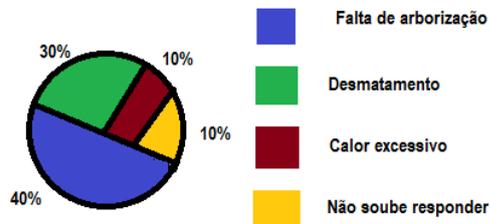
5- Quais dos itens abaixo você reconhece como sendo presente nesta comunidade e foram causados pela ação direta ou indireta do homem.



A questão 5- se os moradores reconheciam a presença de problemas causados pela ação direta ou indireta do homem na comunidade e quais eram de acordo com o questionário, 30% desmatamento, 10% calor excessivo, 10% Infestação de Insetos, 10% Escassez da água, 10% Erosão do solo, 10% Alagamentos, 10% presença de répteis, anfíbios ou outros animais, 10% acúmulo de lixo em vias públicas.

GRÁFICO 4: Fonte Primária

6- Em sua opinião qual o maior problema ambiental vivido nesta comunidade?



7- A que você atribui a existência do mencionado problema?



Na questão 6- qual o maior problema ambiental vivido nesta comunidade, onde 40% responderam falta de arborização, 10% presença de insetos, 30% desmatamento, 10% calor excessivo, 10% não souberam responder, já a questão 7- pergunta a quem se atribuí a existências dos problemas citados na questão anterior, 30% desmatamento, 10% falta de chuva, 60% não souberam responder.

Foram entrevistadas 10 famílias do Residencial Sousa I.

No estudo foi relatado pela maioria da população o problema presente no Residencial Sousa I referente à questão do desmatamento. Como o Residencial do programa Minha Casa Minha Vida foi construído afastado do centro urbano, em uma

área de vegetação nativa, em meio a sua construção foi necessário fazer o desmatamento da área, e dessa forma causou alguns impactos direto ao meio ambiente, como calor excessivo, infestações de insetos, presença de répteis, anfíbios e outros animais devido eles terem perdido seu habitat natural. No Residencial não existe nenhum projeto de urbanização, como o plantio de árvores, para repor toda a área verde que foi desmatada.

4.7 ANÁLISE DA MORADIA EM SOUSA/PB: A partir da compreensão dos atores sociais e políticos

A moradia digna no Brasil vem passando por grandes problemas estruturais, segundo Borges (2013) a necessidade quantitativa corresponde a 7,2 milhões de novas moradias, das quais 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões na área rural. Onde os grandes centros urbanos são os que mais sentem de forma direta a necessidade de se estruturar o setor habitacional devido existir grande carência de moradia.

No processo habitacional é necessário compreender a sociedade quanto aos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais para se chegar ao processo de urbanização, para que dessa forma se estruturarem as moradias. Mas com a desigualdade social existindo fica cada vez mais difícil a aquisição de uma moradia digna. “As desigualdades se tornaram tão patentes, que se estabeleceu uma segregação urbana, com formação de duas cidades: ‘a legal’ e a ‘informal’.” (RANGEL & SILVA p.70).

Moradia é um direito estabelecido a partir da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mas sua efetivação no Brasil foi a partir da Constituição Federal de 1988, onde todos devem gozar dos devidos direitos, propiciando uma vida digna, a partir da efetivação de políticas habitacionais. Segundo Gallo “[...] o direito à moradia é um Direito Fundamental, uma vez que foi positivado pela Constituição Brasileira, cabendo ao Estado protegê-lo e implanta-lo, através de leis e políticas públicas”. A moradia, enquanto um direito fundamental deve existir devido se ter uma mesma importância de uma boa qualidade vida e saúde, tendo-se um atendimento das necessidades existentes e propiciando uma organização do espaço urbano refletido pelos atores sociais. “O direito à moradia não pode deixar de estar inserido no rol dos direitos mínimos, pois sem a

concretização desse direito, o homem não pode viver dignamente” (RANGEL & SILVA p.65).

De acordo com Nolasco (2008) “[...] a casa é o asilo inviolável do cidadão, a base de sua indivisibilidade, é, acima de tudo, como apregoou Edwark Coke, no século XVI: ‘a casa de um homem é o seu castelo’”. Pois o homem necessita de um lugar, para assim desenvolver suas atividades, e atender suas necessidades básicas, garantindo assim o bem estar.

Segundo Nolasco (2008, p.88):

[...] define o direito à moradia como sendo a posse exclusiva de um lugar onde se tenha um amparo, que se resguarde a intimidade e se tenha condições para desenvolver práticas básicas da vida. É um direito *erga omnes*, um lugar de sobrevivência do indivíduo. É o abrigo e o amparo para si próprio e seus familiares “[...] daí nasce o direito à sua inviolabilidade e à constitucionalidade de sua proteção” (NOLASCO, 2008, p. 88).

Mas, para atender a necessidade de se ter uma moradia digna, deve existir por parte estatal mecanismos de aquisição, onde não é obrigação do Estado dispor da casa própria a quem necessitar, mas sim propiciar alternativas que deem chances para conseguir o que é de direito. “[...] propiciar dignidade ao cidadão não é lhe conceder tudo que necessita de forma gratuita, mais promover meios que viabilizem sua autonomia, oferecendo-lhe oportunidade de emprego associada a educação de qualidade” (RANGEL & SILVA, 2009, p.67).

A falta de moradia é um dos problemas enfrentados pela população de Sousa/PB que vive em situação de risco e vulnerabilidade social. Ter uma moradia digna é uma questão básica e direito de todos os cidadãos. Mesmo com o déficit habitacional existente no município, ele vem sendo beneficiado pelos Programas Minha Casa Minha Vida e pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP).

Para enfrentar o déficit de moradias no Município de Sousa foi instituída a política habitacional que se operacionaliza no setor de habitação da Secretaria de Ação Social, que é o setor que dá respaldo ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, vinculado ao programa de transferência de renda, o Bolsa Família, desenvolvendo um Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS, como fundo de atendimento aos residenciais. Essa política é uma alternativa encontrada para amenizar a situação habitacional do município, proporcionando às famílias de baixa renda o direito à casa própria. O PMCMV é um programa do Governo Federal em

parceria com o município e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal; é de âmbito social, proporcionando mecanismos de produção e aquisição de novas unidades habitacionais na busca de atender aos direitos sociais de todas as pessoas que dele necessitar. Diante da realidade da cidade, encontra-se um déficit habitacional, pois a demanda do programa em relação às quantidades de unidades habitacionais oferecidas pelo programa de interesse social – PMCMV – não abrange a quantidade de pessoas cadastradas, como também, há uma questão cultural entre as pessoas beneficiadas da não permanência nos imóveis, tal fato pode estar relacionado ao local de construção dos mesmos ou pela simples necessidade de subsistência aliada ao desconhecimento dos preceitos legais que regulam a aquisição de tais unidades residenciais. Durante a pesquisa tomamos conhecimento de forma extraoficial da venda de unidades daquele habitacional, tendo relatos que moradores e pessoas de outras localidades haviam adquirido mais de 10 casas como forma de capitalização de recursos, há também, extra oficialmente, a informação que pessoas não carentes foram beneficiadas com tais unidades residenciais.

O quadro acima relatado explica o caso de varias pessoas, hoje habitantes das residências Sousa I e Lagoa dos Patos, terem sido contemplados outrora com programas habitacionais a exemplo dos conjuntos Doutor Zezé, Zú Silva, André Gadelha e Alto do DENOCS. Restando ao município, Caixa Econômica Federal, MPF e órgãos afins, a fiscalização, a identificação e a solução para tal problema, conforme previsto em diploma legal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do referido estudo percebe-se a relação cidade e meio ambiente e suas respectivas interfaces na sociedade. Os problemas vivenciados na atualidade vêm desde um contexto histórico, onde o homem é o centro de todo acontecimento.

O processo de organização do homem nas cidades ocorreu de forma rápida e desorganizada, em função do êxodo rural, tal aglomeração acarretou em fortes impactos na vida em sociedade como também ao meio ambiente. Ao chegarem se depararam com os centros urbanos desprovidos de infraestrutura para atenderem suas necessidades, dessa forma acomodaram-se em locais de risco propiciando desconforto e uma má qualidade de vida, surgindo a necessidade de políticas públicas para dar suporte no tocante a uma vida digna. A política habitacional vem para viabilizar mecanismos de acesso à moradia, priorizando os “mais necessitados”, que são as famílias de baixa renda, a partir do PMCMV com o intuito de diminuir o déficit habitacional no país, como também influência no setor econômico, pois gera empregos, renda e movimentação o setor da construção civil.

Devido a grande concentração populacional nos centros urbanos existe um processo de relação com o meio ambiente, que necessita de um olhar especial, onde o homem precisa desenvolver atividades para assim atender suas necessidades, mas, em muitas vezes, essas atividades trazem danos ao meio ambiente, pois cada vez mais estão poluindo, desmatando e esgotando os recursos naturais de forma catastrófica. Hoje, a sociedade já sofre com os danos dessa ação devido aos acontecimentos que vêm ocorrendo como a falta de água, enchentes, ciclones, doenças entre outras. Problemas causados em decorrência à densidade demográfica da região urbana e da inadequação para tal aglomerado.

No município de Sousa a urbanização também ocorreu de forma rápida e sem a devida estrutura, onde existe um grande número de famílias desassistidas e sem a casa própria, sendo a demanda é bem maior que a ofertada pelo programa habitacional PMCMV. A cidade também conta com alguns problemas ambientais, onde o que chama mais atenção é o sistema de esgotamento, pois o mesmo cai dentro do canal do estreito que corta toda a cidade e localiza-se na área central urbanizada, ocasionando mau cheiro, infestações de insetos e provocando doenças. A cidade também conta com problemas no que diz respeito ao tratamento do lixo,

onde por muito tempo foi despejado em locais impróprios e, mesmo após ter sido construído um aterro sanitário, ainda existem problemas no tocante à seleção e armazenamento dos materiais. Tem-se também a questão do desmatamento, onde não se existe uma fiscalização adequada. Foi evidenciado diante da pesquisa realizada no Residencial Sousa I, que o maior problema ambiental vivenciado pela comunidade é a questão do desmatamento, pois devido à construção do residencial foi necessário o desmatamento da área, também foi identificado há presença de animais de pequeno porte nas residências, devido os mesmo terem sido expulsos do seu habitat natural, outro aspecto que chamou atenção foi o fato de não existir nenhum projeto de arborização para o local.

REFERÊNCIAS

- ADAS, Sérgio. **Panorama Geográfico do Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2001.
- AGUIAR, Tereza Coni. **Questão ambiental urbana**. 2013. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/view.aspx?Bsrc=Share&Bpub=SDX.SkyDrive&resid=2C46465122511A52!277&cid=2c46465122511a52&app=WordPdf&authkey=!AtAxe71G6zpJcjc>>.
- ANDRADE, Débora Pires Xavier. **Sistemas de Áreas verdes e Percepção da Qualidade de Vida na Cidade de Sousa-PB**, 2010.
- BRASIL, **Estatuto da Cidade**. (Lei n.º 10.257, de julho de 2001). São Paulo: Saraiva 2001.
- BORGES, Joamara Mota. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa Minha vida em Águas Lindas de Góias**. 2013, p. 21.
- CASSILHA, Gilda Amaral, CASSILHA, Simone Amaral. **Planejamento Urbano e Meio Ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil S.A.. 2009, p.14.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
- CORRÊA, R.L. **Trajetórias Geográficas**. R. Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CORREIA, Márcia. **Políticas Públicas- Moradia- 7 Cidades do ABC**. 2001. Disponível em: <<https://naiipolitiki.wordpress.com/page/3/>>.
- DIAS, Gilka da Mata. **Cidade Sustentável- fundamentos legais, política urbana, meio ambiente, saneamento básico**. Natal: Ed. Do Autoi, 2009.
- Diário do Sertão. **Cidade de Sousa passa a contar com aterro sanitário e lixão é desativado; serviço era reivindicação do povo**. 2014. Disponível em: <<http://www.diariodosertao.com.br/artigos/v/sertao/cidade-de-sousa-passa-a-contar-com-aterro-sanitario-e-lixao-e-desativado-servico-era-reivindicacao-do-povo/20140702165459>>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- GADELHA, Julieta Pordeus - **Antes que Ninguém Conte**. 1 ed.1986.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. **Percursos Geográfico**. Rio de Janeiro: Lamparina PPGG/UFRJ, 2009.
- GARCIA, Helio Carlos. GARAVELLO, Tito Marcio. **Geografia**. São Paulo: Scipione, 1997 (coleção completa de 4 volumes).
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. Disponível em: <<https://geografiamb2.wordpress.com/2010/03/25/a-cidade-aula-de-geografia-urbana-prof-maria-alice/>>. A Cidade- Aula de Geografia Urbana- Prof. Maria Alice, 2010.

HENRIQUE, Jonas. **Como surgiram as primeiras cidades?**. Disponível em: <http://jonashenriquelim.wordpress.com/2011/07/06/como_surgiram_as_primeiras_cidades/>. Acesso em: 14 nov. 2014.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2014. IPEA. **Estudo feito pelo Ipea aponta redução no déficit habitacional no país**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

LIMA, Zélia Brito. **A questão da habitação**. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2b.pdf>>.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis. Vozes, 2008.

MINHA CASA MINHA VIDA: Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/habitacao>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

Ministério Público Federal. **Acordo obriga prefeitura de Sousa (PB) a coibir queima de lixo a céu aberto**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/noticia_24749959>. Acesso em: 22 fev. 2015.

MONTE-MÓR, R.L de. **“Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental.”** In: SANTOS, M.et alii. Território, globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec. 1994.

Motta, Ronaldo Seroa da. **Indicadores Ambientais no Brasil: aspectos ecológicos, de eficiência e distributivos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério do Planejamento e Orçamento, 1996, p. 72.

NEVES, JoseLuis. **Pesquisa Qualitativa- Características, Usos e Possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1,Nº3, 2º SEM./1996. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

NOLASCO, LoreciGottschalk. **Direito Fundamental à Moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

OLIVEIRA, Luan Gomes dos Santos de. **Atores sociais e política ambiental urbana do Município de Mossoró/RN pelo prisma das cartografias sociais analíticas**. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

((o)) eco - 26/08/14. **O que é desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel>>.

PEDRO, Fábio Costa, COULON, Olga M.A. Fonseca. **Surgimento das Cidades**. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/historia/surgimento-das-cidades-o.html>>.

RANGEL, HelanoMácio Vieira, SILVA, Jacilene Vieira. **O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade**. Veredas do Direito Belo Horizonte-2009

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma Urbana e Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados**. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

Revista direito da cidade v.6 n.2 2014 Mauricio Mota Editor da Revista de Direito da Cidade. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc>>.

ROLNNICK, Raquel. **O que é Cidade**. - São Paulo, Brasiliense, 1995. (coleção primeiro passos; 203) p.21.

SANTOS, Milton- **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, p.89, 1991.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Marina. **Meio ambiente no século 21:21 especialistasfalam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento/** coordenação André Trigueiro- Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

SILVA, Lucia Sousa e, TRAVASSOS, Luciana. **Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas**. 1º sem 2008 p.33.

SOUSA, Rivaldo Amador de. **História do Municípios Paraibanos**, volume 2, 2013. Editora da Universidade Federal de Campina Grande.

SOUZA, Mariângela Alice Pieruccini. **Cidade, Técnica e Indignação**. III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas Cascavel – 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2009.pdf>>.

STEINBERGER, Marília. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

SIRKIS, Alfredo. Cidade. **In: Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Coordenação André Trigueiro – Rio de Janeiro : Sextante, 2003.

TANAKA, Giselle. **O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo**. 2014. Disponível em: <<http://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>>.

TOMASONI, Marco Antonio. **A Emergência das questões ambientais e a participação da Geografia neste processo**. Disponível em: <<http://www.geoambiente.ufba.br/semin%C3%A1rio/creuza.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA AMBIENTAL

A pretendida pesquisa através deste formulário ambiental tem como objetivo traçar um perfil ambiental da comunidade Sousa I – Sousa/PB.

“A alteração no meio ambiente ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade humana é conhecida com Impacto Ambiental.”

Nome: _____ Idade _____ (opcional)

1. Existe nesta comunidade, algo relacionado com o que se entende por impacto ambiental?
 Sim Não Não soube responde

2. Com que frequência são coletados os resíduos sólidos (lixo)
 Uma vez por semana; Duas vezes por semana; Três vezes por semana
 Uma vez por mês; Duas vezes por mês; Três vezes por mês
 Outros : _____

3. Com relação aos resíduos não sólidos (esgoto), qual a forma de coleta?
 São depositados em fossa séptica individual
 São depositados em fossa séptica coletiva (fossão)
 São coletados pela rede de esgoto com tratamentos adequado.
 Não soube responder
 Outros _____

4. Há algum projeto de urbanização para este residencial, como o plantio de arvores?
 Sim Não Não soube responder

5. Quais dos itens abaixo você reconhece como sendo presente nesta comunidade e foram causados pela ação direta ou indireta do homem.
 Calor excessivo Escassez de água Erosão do solo Alagamentos
 Desmatamento Acumulo de lixo em vias publicas Esgoto a céu aberto
 infestação de insetos presença de repteis, anfíbios ou outros animais

6. Em sua opinião qual o maior problema ambiental vivido nesta comunidade?

7. A que você atribui a existência do mencionado problema?

